



Intersindical Eletricitários SC

JORN. RESP. DRT/RS 6166

Nº 86

1/02/90

Privatização das estatais será o ponto chave do programa econômico

De intenção mal intencionada, o projeto de privatização está se transformando na vigia mestra do programa econômico elaborado pela equipe chefiada por Zélia Cardoso de Mello. O projeto pode ser facilmente resumido: todo setor produtivo é privatizável e mais alguma coisa. Inclua-se nesse todo a grande maioria das empresas do setor siderúrgico (Acesita, Usiminas, Aços Finos Piratini, etc...), empresas da área financeira (Banco Meridional...), companhias de carga e de transportes. Não vai haver discussão caso a caso. Os assessores de Collor pretendem evitar o debate enviando para o Congresso uma "lei geral de privatização" com normas gerais, que vão orientar a venda de todas as estatais. Depois o processo será acompanhado pelo conselho Federal de desestatização, que será composto por representantes da Câmara de Deputados e do

Senado, do governo e por trabalhadores e empresários nomeados pelo presidente entre as indicações da categoria.

MAOZINHA

Para elaborar este projeto a equipe de Collor contou com a ajuda do antigo inimigo dos tempos de campanha, José Sarney. Do projeto de privatização do atual presidente foram aproveitadas muitas idéias, como a realização de leilões públicos e a já conhecida dos empregados da CELESC, venda de ações da estatal para os seus empregados. Mas o atual projeto também inclui inovações. Agora os grupos estrangeiros também poderão aproveitar a liquidação de empresas. Aliás nesse ponto o presidente eleito tem se empenhado muito em sua última volta ao mundo. Nos Estados Unidos e agora no Japão, Collor tem anunciado o escancaramento do país ao capital externo. A partir de 15 de março serão eliminadas todas as barreiras e o capital es-

trangeiro vai poder comprar ações de uma estatal.

Os limites da participação do capital estrangeiro: 30% do capital votante e 45% do capital total, estão determinados no substitutivo do deputado João Agripino (PMDB-PB) já aprovado no Senado, que servirá como base para o plano de venda das empresas estatais.

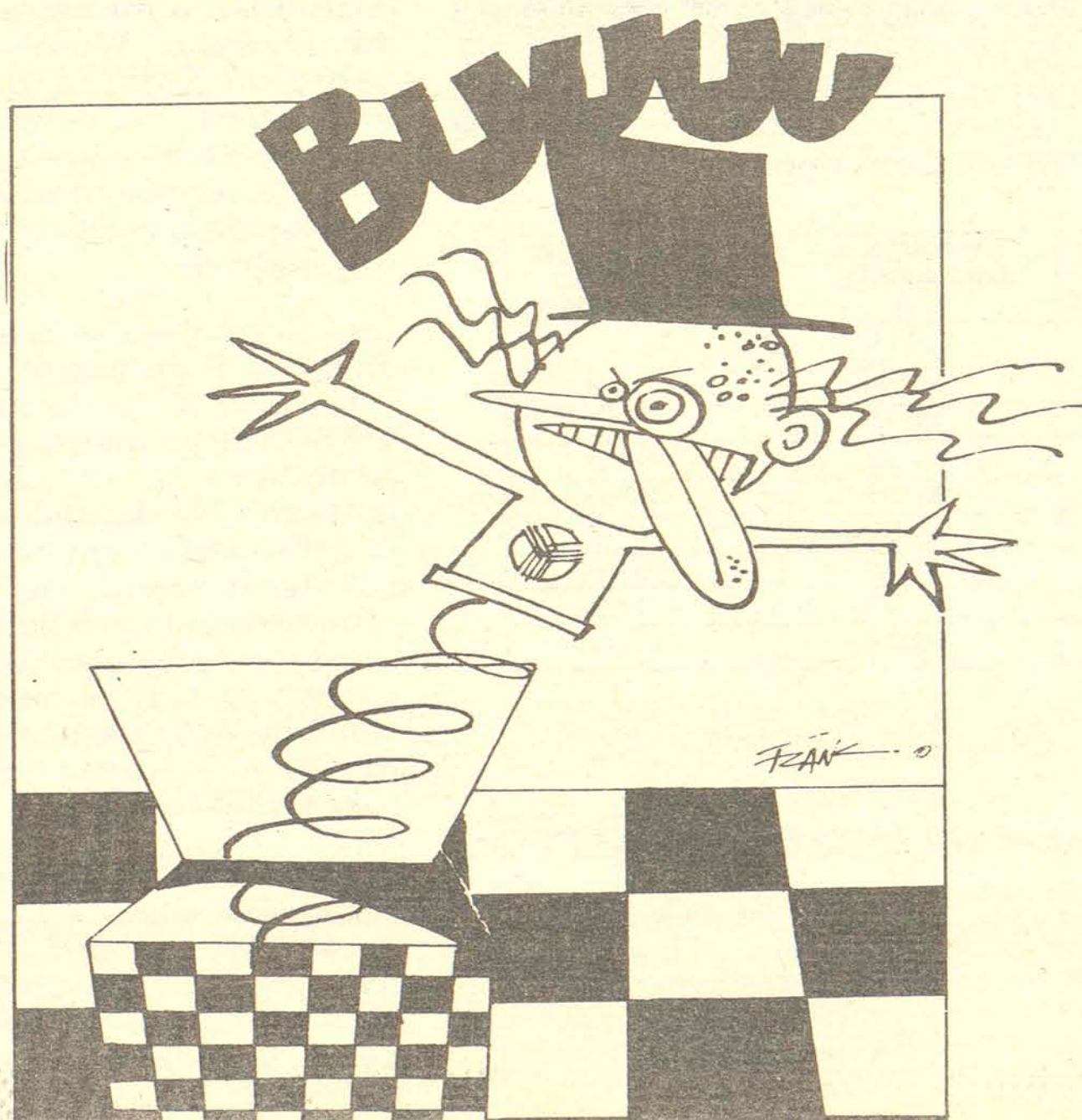
POR UM FIO

O que ainda separa as empresas estatais, 171 só no setor produtivo, da devassa privatizante é o consentimento dos parlamentares. Logo nos primeiros dias do novo governo, eles devem receber a lista das empresas a serem leiloadas, um patrimônio incalculável. Desde já, os mais de um milhão de trabalhadores dessas empresas estão inquietos. A ameaça que a tanto tempo se colocava finalmente saiu do papel, para infelicidade de toda essa gente e a alegria esfuziante dos empresários daqui e de fora.

CELESC pressiona empregados que reivindicam seus direitos

Já há algum tempo que as denúncias de pressão na CELESC não são recebidas com surpresa pela população do Estado e muito menos por seus empregados. A única novidade fica por conta das formas utilizadas e dos objetivos da coação. No mês de janeiro, as vítimas foram os empregados do COD de Florianópolis que entraram com ação na justiça pela equiparação salarial. Os dois primeiros a entrarem com ação foram ameaçados de demissão assim que a Justiça Trabalhista notificou o ajuizamento à CELESC. São empregados que trabalham há mais de quinze anos no Plantão do Centro de Operação e Distribuição e tiveram engavetados seus reenquadramentos até o julgamento da ação. A ameaça feita pelo administrador da agência Florianópolis, Misael Mendes, serve unicamente para intimidar os empregados, evitando que eles reivindiquem seus direitos. Outros expedientes foram utilizados com este mesmo objetivo, mas não conseguiram impedir que muitos empregados obtivessem decisão favorável na Justiça Trabalhista, como é

notificado semanalmente neste jornal. Por isso os celesquianos não devem se deixar intimidar por ameaças sem fundamento; eles têm do seu lado a "garantia no emprego".



Comando Nacional define dia 8 como dia de Luta.

O Comando Nacional dos Eletricitários, reunido na Plenária de Vitória e depois no dia 29, no Rio de Janeiro decidiu realizar no dia 8 de fevereiro um dia Nacional de Luta diante da situação crítica em que se encontram as estatais. Até o dia 7, todos os Sindicatos vão realizar assembléias para definir formas de mobilização.

No dia 29, o Comando esteve reunido com a ELETROBRÁS e demais empresas para discutir a situação do setor elétrico, a greve na CHESF, as perspectivas de novas greves e uma forma de compensar a perda salarial que está ocorrendo com os atrasos no pagamento. Sobre o último ponto a ELETROBRÁS ficou de se pronunciar brevemente.

CELESC:

Reunião com DA.

No dia 31, quarta-feira, às 14 horas, aconteceu uma reunião com o DA da CELESC. Estavam em pauta a produtividade 84 e 88, a gratificação de férias e o pagamento quinzenal de salários. Como a reunião ocorreu após o fechamento desta edição, não foi possível comunicar seus resultados.

Urbanitários já tem Departamento Nacional da CUT

Urbanitários de todo país agora também tem o seu Departamento Nacional da CUT. A fundação aconteceu no último final de semana em Vitória no primeiro Congresso dos Urbanitários. Aproximadamente 160 delegados vieram de todo país enfrentar o calor de janeiro no Espírito Santo. Trabalhadores em água e saneamento, gasistas e eletricitários se fizeram representar nesse importante momento de crescimento na organização da luta.

Foi elaborado um plano de lutas contra a privatização e a extinção das estatais e pela realização de um seminário nacional para discutir essas questões. Na ocasião também foi eleita a primeira direção do Departamento Nacional dos Urbanitários. Ela é composta pelos seguintes nomes: Vicenti é o presidente (eletricitários de Campinas), Paulo Rangel é o vice (eletricitários da Bahia), Paulo Jackson é o secretário (Águas da Bahia) e José Geraldo é o tesoureiro (eletricitários do Espírito Santo). Ainda participam da direção Frederico Gravito (eletricitários da Bahia), Otávio de Souza (urbanitários do Pará), Carlos Roberto (Águas de Campinas), Antonio Marcos (oposição dos urbanitários do Rio de Janeiro), José Saturno (oposição dos eletricitários de São Paulo), James Correia (eletricitários da Bahia), Roberto Rangel (eletricitários do Espírito Santo), Ronaldo Coppá (oposição Águas de São Paulo), José Anchieta (eletricitários de Uberlândia), Antonio Amaral (eletricitários de Brasília), Agnaldo Meier (gasistas de São Paulo) e Errol Flynn Paixão (urbanitários do Amapá).

SOS Estatais:

Dívida das empresas estaduais põe em risco todo o setor elétrico

Todo mês cerca de um milhão de consumidores agem da mesma forma. A conta de luz chega na casa e logo depois o dinheiro chega no banco. Os riscos de não se seguir esse procedimento são o acréscimo de juros e o corte imediato no fornecimento de energia. Esse dinheiro vai para repassadoras como a CELESC, que por sua vez tem que pagar às fornecedoras como a ELETROSUL, que ainda remuneram Itaipu. Há alguns meses essa cadeia não vem sendo seguida simplesmente porque a CELESC deixou de saldar, em outubro, seus débitos com a ELETROSUL. A inadimplência também foi seguida pela Copel, Enersul e CEEE. Em dezembro a dívida somava quase NCz\$ 3 bilhões.

CALOTE

No dia 25, como acontece há 23 anos, os empregados da ELETROSUL esperavam receber seu pagamento. Nesse mês, no entanto, um pequeno bilhete, anexado ao contracheque, comunicava que apenas 30% do valor líquido devido

seria pago. O presidente da Empresa explicou que o restante só poderá ser saldado com pagamento da dívida das companhias estaduais. Também Furnas e CHESF enfrentaram sérios problemas causados pelo calote. Essa situação levou o ministro-chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI), general Ivan de Souza Mendes, a encomendar um estudo sobre a intervenção nas empresas concessionárias de energia elétrica ao consultor-geral da República, Clóvis Costa Ferro. Costa Ferro caracterizou os débitos como "apropriação indebita de recursos da união e prevaricação".

PERIGO

A dívida das empresas estaduais não é no entanto, o único fato que vem pondo em risco o setor elétrico como um todo, impedindo investimentos e o inevitável colapso de energia nos próximos dois anos. Nesse sentido também tem colaborado muito a atual sistemática de pagamento das tarifas de suprimimento. Assim como acontece com

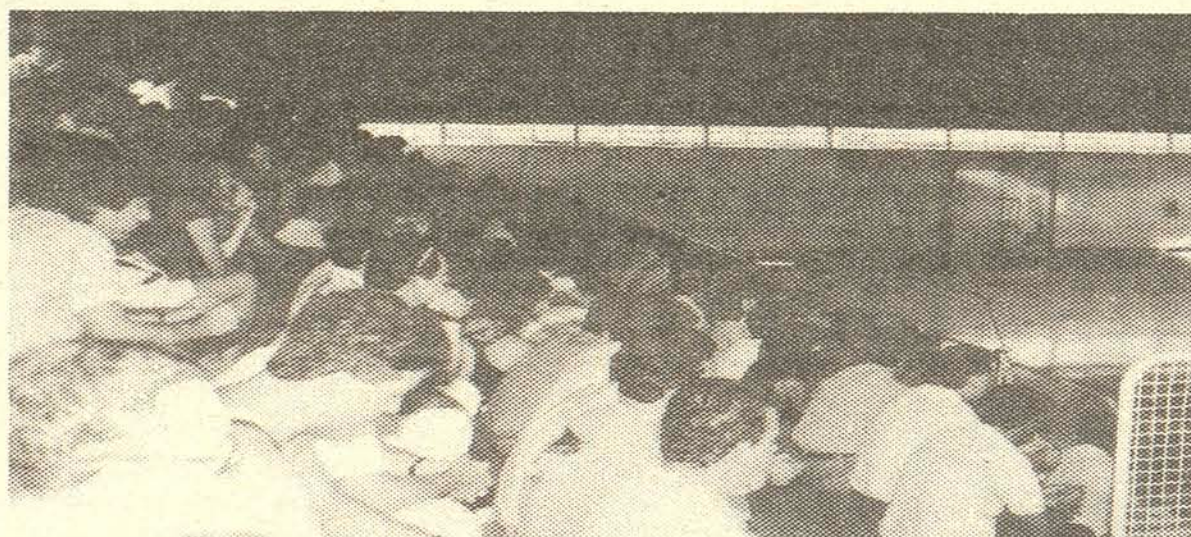
o FGTS, PIS/PASEP, INPS e outros, o dinheiro cobrado do consumidor circula quase dois meses antes de chegar na caixa da ELETROSUL. Esse procedimento provocou, no período de fevereiro a dezembro de 89, um prejuízo de US\$ 75 milhões.

INCENTIVANDO

Desde 1976, e principalmente a partir de 1981, o governo adotou uma política de incentivar a exportação através de subsídios tarifários para o setor industrial. Assim, os produtos exportáveis incorporavam energia elétrica a custos reduzidos e passavam a competir favoravelmente no mercado internacional. Só em 89, essas tarifas subsidiadas drenaram cerca de US\$ 3 bilhões do setor público para o privado. Situações como esta precisam ser lembradas e estudadas com profundidade, para que interesses privatistas ou segmentos mal intencionados não venham a levantar bandeiras equivocadas de privatização ou mesmo de extinção dessas empresas.

Empregados da ELETROSUL realizam assembléia geral

De 24 a 26 de janeiro ocorreram assembléias gerais dos empregados da ELETROSUL para discutir e definir formas de mobilização devido ao atraso no pagamento de salários do mês de janeiro. Com o pagamento no dia normal, já haveria uma perda salarial de 29,77%. Com o atraso, essa perda aumenta diariamente, como pode ser observado na tabela abaixo. Uma circular do dia 29, comunicou aos empregados que o saldo de janeiro (70%) será pago no dia 1º.



Assembléia da ELETROSUL em Fpolis

INDICES PAGAMENTO	SALÁRIO REAL (%)	VARIAÇÃO C/REAL. PGTO. NORMAL	PERDA SALARIAL (%)	% DE PERDA REL. REAL. DATA/NORMAL
100% DIA 25	70,23	—	29,77	
70% DIA 26	69,54	- 0,98	30,46	0,69
70% DIA 29	67,53	- 3,84	32,47	2,70
70% DIA 30	66,87	- 4,78	33,13	3,36
70% DIA 31/01	66,23	- 5,70	33,77	4,00
70% DIA 01	65,48	- 6,76	34,52	4,75
70% DIA 02	64,74	- 7,82	35,26	5,49
70% DIA 05	62,60	-10,86	37,40	7,69
70% DIA 06	61,91	-11,85	38,09	8,32

SOS Setor Elétrico:

CHESF em greve pelo pagamento dos salários

Os empregados da CHESF entraram em greve no dia 25, diante da afirmação do presidente da Empresa, Ginildo Nunes, de que

os pagamentos só seriam feitos no dia 1º de fevereiro. Também a CHESF não está podendo pagar seus empregados devido a

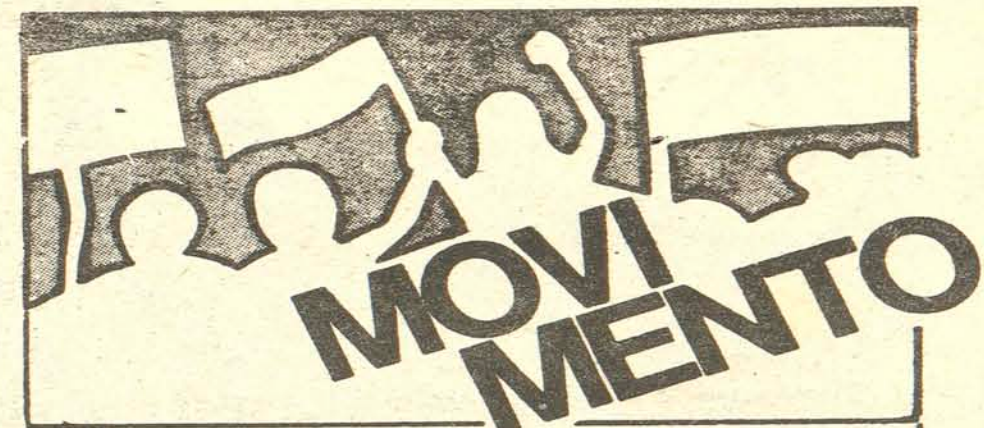
dívida das empresas estaduais. Das várias que atuam no norte-nordeste apenas a CELP já saldou suas dívidas.

Intersindical organiza 1º Congresso dos Eletricitários do Sul do Brasil

No mês de janeiro a Intersindical iniciou a organização do 1º Congresso dos Eletricitários do Sul do Brasil. O evento tem tudo para ser um dos maiores da região e discutirá fundamentalmente a privatização das estatais. Já foram convidados para participar: a ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, o presidente da ELETROBRÁS, Jair Meneguelli, representantes dos empresários (presidente da FIESC), representante do DIEESE Nacional e Joaquim dos Santos Andrade.

O Congresso se realizará nos dias 8 e 9 de março, nas salas e no auditório da reitoria da UFSC. O primeiro painel terá como tema "as estatais e a conjuntura". No segundo dia é a vez das discussões em grupo dos seguintes temas: privatização, movimento sindical e defesa das estatais, o setor elétrico nacional — região sul. À tarde haverá uma plenária para aprovação de um plano de lutas e do documento final do Congresso.

Até o dia 20 de fevereiro deverão ser indicados os representantes da base de cada Sindicato, que vão participar do Congresso. Está prevista a presença de delegados da região sul e do Mato Grosso do Sul.



Petroleiros

O Comando Nacional dos Petroleiros decidiu encerrar no dia 23 uma greve que durava uma semana, diante da decisão do Tribunal Superior do Trabalho, que concedeu 31,22% de reajuste salarial. Desde o início da paralisação, a Petrobrás se negava a negociar com o Comando tudo que fosse além dos 21% oferecidos pela Empresa. Assim ela fazia vistas grossas aos 12 mil empregados em greve, a falta de gás em várias cidades e a possibilidade de faltar combustível no país. A paralisação mobilizou 95% da categoria: 100% na área de operação e 70% do pessoal da administração. Essa adesão fez o TST julgar, pela primeira, vez um dissídio em férias forenses.

Greve

Os 12 mil mineiros da região sul do Estado podem entrar em greve a qualquer momento. A mais de um mês o Sindicato da categoria vem negociando sem sucesso os 65 itens da pauta de reivindicações da categoria. Os mineiros querem 50% de insalubridade, 100% do INPC, 50% de aumento real e um piso de NCz\$ 5 mil.

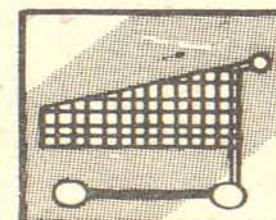
INDICADORES DO DIEESE

01/12/89 a 31/12/89



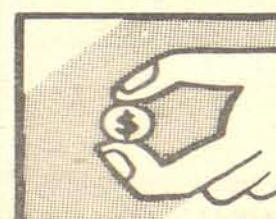
AUMENTO DO CUSTO DE VIDA POR FAIXA SALARIAL

1 a 3 Salários - 48,28%
1 a 5 Salários - 48,59%
1 a 30 Salários - 47,34%



CESTA BÁSICA DE FLORIANÓPOLIS

- NCz\$ 514,94



SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO

- NCz\$ 4.813,26